

**HABEAS CORPUS Nº 490.590 - SC (2019/0022777-1)**

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : CLEBER HAEFLIGER  
**ADVOGADO** : CLEBER HAEFFLIGER (EM CAUSA PRÓPRIA) - SC023020  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : CLEBER HAEFLIGER

**DECISÃO**

**CLEBER HAEFLIGER** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** na Apelação Criminal n. 0001205-17.2010.8.24.0084.

Nas razões deste *writ*, sustenta ilegalidade na determinação da execução imediata da pena, ao argumento de que **tem o direito de aguardar o trânsito em julgado da condenação, notadamente por se tratar de pena restritiva de direitos.**

Requer, liminarmente e no mérito, seja suspensa a execução da pena.

A liminar foi **deferida** (fls. 242-244).

Prestadas as informações (fls. 247-251 e 253-393), veio parecer do Ministério Público Federal, que se manifestou pela denegação da ordem (fls. 395-396).

**Decido.**

Extraí-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 2 anos, 9 meses e 18 dias de reclusão, em regime aberto, mais multa, pela prática do crime de apropriação indébita. **A pena privativa de liberdade foi substituída por restritivas de direitos** e a Corte estadual determinou o imediato cumprimento da pena (fls. 36-78).

Contra o acórdão, foi interposto recurso especial pela defesa, em trâmite no Tribunal estadual, que aguarda a apresentação de contrarrazões (fls. 15-34).

Em relação ao início do cumprimento das penas restritivas de direitos, esta Corte Superior afirmou a impossibilidade da medida até o trânsito em julgado da condenação, ao julgar os **EREsp n. 1.619.087/SC** (Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 3ª S., DJe 24/8/2017).

Não desconheço a sinalização, em acórdãos do Pretório Excelso, de alteração do entendimento que baseou o precedente acima referido. Confirmam-se:

[...]

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu, por maioria de votos, que a execução da pena privativa de liberdade decorrente de sentença condenatória proferida em segundo grau de jurisdição, ainda que sujeita a recurso especial ou extraordinário, não viola o princípio constitucional da presunção de inocência ou não culpabilidade.

2. **Diante dessa orientação jurisprudencial, e com maior razão ainda, deve ser admitida a execução antecipada de pena restritiva de direitos.**

3. Agravo regimental provido para dar provimento ao recurso extraordinário.

(**RE n. 1.130.263 AgR/SP**, Rel. Ministro **Roberto Barroso**, 1ª T., DJe 7/8/2018, destaquei). **Em igual diretriz: ARE n. 1.130.096 AgR/DF**, 1ª T., DJe 13/9/2018; **RE 1.129.642 AgR/MG**, 1ª T., DJe 6/9/2018; **RE n. 1.125.909 AgR/SP**, 1ª T., DJe 13/8/2018.

[...]

1. **A execução provisória de pena restritiva de direitos imposta em condenação de segunda instância, ainda que pendente o efetivo trânsito em julgado do processo, não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência**, conforme decidido por esta Corte Suprema no julgamento das liminares nas ADC nºs 43 e 44, no HC nº 126.292/SP e no ARE nº 964.246, este com repercussão geral reconhecida – Tema nº 925. **Precedentes: HC 135.347-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 17/11/2016, e ARE 737.305-AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 10/8/2016.**

2. *In casu*, o recorrente foi condenado, em sede de apelação, à pena de 3 (três) anos, 7 (sete) meses e 16 (dezesesseis) dias de reclusão, em regime aberto,

substituída por restritivas de direitos, bem como ao pagamento de 16 (dezesseis) dias-multa pela prática do crime previsto no artigo 1º, I e II, da Lei n. 8.137/1990.

3. A competência originária do Supremo Tribunal Federal para conhecer e julgar habeas corpus está definida, exaustivamente, no artigo 102, inciso I, alíneas d e i, da Constituição da República, sendo certo que o paciente não está arrolado em qualquer das hipóteses sujeitas à jurisdição desta Corte.

4. Agravo regimental desprovido.

(HC n. 141.978 AgR/SP, Rel. Ministro **Luiz Fux**, DJe 23/6/2017, destaquei). **Em igual diretriz: HC n. 142.750 AgR/RJ**, DJe 14/6/2017.

No mesmo caminho, ainda, as seguintes decisões monocráticas, **recentíssimas, da Corte Suprema: HC n. 161.271/RS** (Rel. Ministro **Edson Fachin**, DJe 11/9/2018); **HC n. 162.315/SP** (Rel. Ministra **Cármen Lúcia**, DJe 18/9/2018); **RE n. 1.146.026/SC** (Rel. Ministro **Celso de Mello**, DJe 26/9/2018); **RE n. 1.115.559/SC** (Rel. Ministro **Alexandre de Moraes**, DJe 17/10/2018); **RE n. 1.164.557/BA** (Rel. Ministro **Alexandre de Moraes**, DJe 16/10/2018); **RE 1.166.209/RS** (Rel. Ministro **Gilmar Mendes**, DJe 23/10/2018); **HC n. 149.185/RS** (Rel. Ministra **Rosa Weber**, DJe 2/10/2018).

Todavia, a despeito dos precedentes do Pretório Excelso, a compreensão manifestada nos **EResp n. 1.619.087/SC** foi **reafirmada pela Terceira Seção deste Superior Tribunal em 24/10/2018, no julgamento do AgRg no HC n. 435.092/SP** (Rel. Ministro **Rogério Schietti**, Rel. p/ acórdão Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 26/11/2018).

Portanto, uma vez que, no caso, **houve a substituição da reprimenda privativa de liberdade imposta ao paciente por restritivas de direitos, não se afigura possível a execução da pena antes do trânsito em julgado da condenação.**

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo a ordem** para, confirmada a liminar anteriormente deferida, determinar a **suspensão da execução** das penas restritivas de direitos impostas ao acusado, até o trânsito em julgado da condenação.

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor desta decisão às instâncias ordinárias.

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

